

O equívoco da «figura de prestígio nacional» à frente das grandes bibliotecas, arquivos e centros de documentação do País

Há ideias que correm — e são peregrinas. Talvez que num certo tempo tivessem a sua justificação e fossem até meritórias. Mas hoje, coitadas, só merecem uma certa dose de bonomia e serem lançadas de vez, como convém, para o cesto dos papéis, pois são obsoletas, inúteis e talvez até perigosas pela contaminação que podem trazer, tal o disparate que encerram. Ora uma destas ideias tolas, rematado dispauteério, é a que por aí anda nalguns espíritos mais desprevenidos ou — pior! — nalgum espírito mal intencionado, de inconfessáveis propósitos. Que cariz toma tal dispauteério? É o de que os nossos grandes estabelecimentos bibliográficos, arquivísticos, documentais, devem ser dirigidos por figuras de verdadeiro prestígio nacional! Como se vê, nada mais perfeito em tolice.

Tal enormidade significa, *mutatis mutandis*, que o que qualquer fabiano, irresponsável, afirmasse a propósito da direcção dos trabalhos da ponte sobre o Tejo, da futura central de energia nuclear, de um bloco cirúrgico, de um complexo industrial, de auto-estradas, seria de aceitar... Isto é, que se entregasse a direcção destas actividades a figuras de verdadeiro prestígio nacional!

Santo Deus!, mas não teremos o pudor, o recato, de não dizer tais disparates?

Que significaria uma figura nacional à frente de estabelecimentos que são fundamentalmente técnicos e administrativos para os quais é necessário uma preparação especial e uma dedicação total, que não se coaduna com umas horazitas — talvez só uns escassos minutos... — que essa figura nacional, no meio dos seus inúmeros trabalhos literários ou técnicos, dos seus constantes afazeres políticos, das suas permanentes exigências de representação social, de Herodes para Pilatos no acorrer a recepções, dedicasse a um organismo delicado, de aturada vigilância, como é o Arquivo, a Biblioteca, o Centro de Documentação?

Depois, ainda haveria outro perigo: a figura de verdadeiro prestígio nacional a primeira coisa que procuraria era tornar tais estabelecimentos em propriedade sua, autêntica fortaleza, que nenhum estranho poderia devassar. E aí do coitado que a tal se atrevesse! Seria triturado, reduzido a pó pela força do poder político, social, da tal figura de verdadeiro prestígio nacional...

Como se vê, esta ideia peregrina — a de vermos tais figuras dirigirem aqueles estabelecimentos — constitui mais um perigo que ameaça as nossas bibliotecas, arquivos ou centros de documentação.

Mas então não há processo de evitar que os pessoalismos se sobreponham aos interesses gerais daqueles organismos? Só há remédio recorrendo à ilusória e utópica figura nacional?...

Claro que não. O que esses organismos, de verdadeira dimensão nacional, devem ter são conselhos directivos onde haja uma representação dos interesses em causa e que não são só os da própria instituição, como os dos leitores, os das outras instituições, etc. Só assim se definiriam as grandes linhas gerais de actuação e se evitariam as quintas em que tais organismos se podem transformar por falta de visão dos responsáveis ou por falta de meios adequados de controle. E nada pior do que as coisas, de interesse nacional, se transformarem em propriedade nossa, apenas pessoal...

E as tais figuras de verdadeiro prestígio nacional são, potencialmente, um perigo, dado que estão a um passo de se tornarem donos absolutos do que lhes foi entregue para administração em nome de todos nós...

Conselhos directivos, colegiais, ou como se lhes queira chamar, sim; figuras de prestígio nacional, nunca!... As experiências vividas — e tantos nomes poderíamos aqui apontar!... — deviam ser lições mais do que suficientes — e apesar disso ainda há quem teime... Mas já é vez de se tomar pelo caminho certo!

Se tivéssemos uma dúvida, o caso da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro seria decisivo pois ela esteve até agora entregue a essas figuras. E que sucedeu? Fartos, refartos de asneiras dessas tais personalidades, os poderes públicos do país irmão decidiram-se finalmente por um técnico de carreira. E no historial desta Biblioteca — não foi ela criada pelo nosso D. João VI? — surge pela primeira vez um nome que é apenas um técnico, dedicado de corpo e alma a uma tarefa ingente, como é a de dirigir um tal estabelecimento. Seu nome é Janice de Montemor, bibliotecária, e todos depositam na sua acção as melhores esperanças. Os brasileiros deram lição. Que a saibamos aproveitar!